

Conferências Nacionais, Participação Social e Processo Legislativo

Instituição responsável: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ)

Coordenador da pesquisa: Thamy Progrebinschi – thamy@iuperj.br

O discurso sobre a suposta crise da representação política muitas vezes faz-se acompanhar da defesa de modalidades participativas de democracia como um meio de deslegitimar o Poder Legislativo, colocando em questão sua real capacidade de expressar a soberania popular. Contudo, o surgimento de novas práticas democráticas de participação pode ser tomado como uma forma de fortalecimento da representação política, e não como um sinal de enfraquecimento de suas instituições.

A pesquisa coloca em teste esse discurso ao propor uma análise do impacto das diretrizes resultantes das conferências nacionais de políticas públicas na atividade legislativa do Congresso Nacional durante o período compreendido entre 1988 e 2009.

Cruzando-se dados sobre as demandas deliberadas pela sociedade civil em 80 conferências nacionais realizadas durante este período, com dados relativos às proposições legislativas em trâmite no Congresso em 2009 e no ano subsequente à realização de cada uma das conferências nacionais, observa-se que estas devem ser compreendidas como uma prática participativa que fortalece a democracia representativa no Brasil e impulsiona a atividade legislativa do Congresso Nacional.

A pesquisa resultou na construção de um banco de dados composto por 1.937 diretrizes advindas das conferências nacionais e 3.750 proposições legislativas que receberam trâmite no Congresso Nacional. O banco de dados, como subproduto da pesquisa, transcendeu seu uso instrumental para os fins da análise e tornou-se público na rede mundial de computadores, através da criação de um sistema operacional próprio nomeado ISEGORIA. O banco, com atualização periódica, pode ser acessado na internet nos sites do IUPERJ e do Ministério da Justiça.